

Um sinal amarelo na disputa presidencial

Newton Rodrigues *

“S emana Santa, Natal, Carnaval/E depois tudo acabado.” Assim pelo menos dizia uma canção popular do tempo em que não havia ainda a indústria momesca que hoje domina os festejos. Mas hoje não só isso mudou. Terminado o Carnaval, os bumbos políticos vão recrudescecer, já na Semana Santa. Quando esta acabar, estaremos em cima da convenção pemedebista, marcada para o próximo dia 8, acontecimento mais importante do momento na luta política que se trava pelo domínio da Presidência da República, por cujo fascínio FHC empregou, nos últimos três anos, grande parte de seu tempo para conseguir a aprovação da suada emenda que lhe deu, e aos governadores e prefeitos, direito de disputar a ficada, jamais constante de qualquer Constituição brasileira, menos por uma questão formal de princípio, mas devido à facilitação às oligarquias que isso favorece em um país no qual o sistema político é reconhecido como fraco por todos.

O resultado da próxima reunião do partido que já foi a grande frente de resistência à ditadura militar é duvidoso, mas de extrema

importância, pois ameaça a teoria do “já ganhou” e do rôlo compressor, com que a propaganda oficial deliciava a si própria e a seus crentes. O quadro mudou, acendeu-se um sinal amarelo e isso é claro para qualquer um que procure analisar friamente os acontecimentos, independentemente de suas preferências pessoais.

Aos conhecidos fatores de desgaste de ação permanente, como o aumento do desemprego, que já foi considerado imaginativo pela mais autorizada fonte oficial, e das falências, que acabam de bater novo recorde em São Paulo, juntam-se outros, com destaque para a possibilidade de uma candidatura de centro-esquerda, que poderá ser a de Itamar Franco, capaz de forçar Fernando Henrique Cardoso a um segundo escrutínio, em que matematicamente suas chances estarão reduzidas, quer pelos efeitos provocados pela eventual derrota na primeira rodada, quer pela convergência inevitável do eleitorado oposicionista, na batalha final. O presidente da República sabe disso melhor que nin-

guém, e daí seu esforço para forçar uma polarização com Lula, a quem já bateu facilmente, e formar um bloco situacionista em que se abriguem todos os grandes partidos.

Depois da conquista do PPB, falta-lhe apenas o PMDB, que, em termos de bancadas federais, tem formado em sua maior parte com o Planalto.

O que se vai decidir agora é se esse partido optará pela candidatura oficial, como querem seus líderes parlamentares, alguns de forte base partidária, ou se, em nome da sobrevivência da legenda, relegada a linha auxiliar, depois de duas derrotas humilhantes (em 1990 e 1994), lançará candidato próprio, com chances de vitória, o que impulsionará as demais campanhas pemedebistas, em todo o País. Depois de desperdiçar muito tempo, Itamar Franco lançou-se com decisão e chegará nos primeiros dias de abril, para participar ativamente da convenção partidária, onde fará um discurso no qual, além de apelos pela unidade partidária, precisará, para atingir um eleitorado carente de diretrizes, fu-



gir do estilo economês em voga oficial e enfrentar, além dos problemas da crise econômica e do desemprego, problemas políticos cruciais, como a asfixia da Federação e o sistema distorcido de voto.

A situação é curiosa. Os efeitos da reunião do dia 8 serão desiguais, segundo os convenções decidam pela candidatura partidária própria ou pelo apoio ao candidato do PSDB, atual presidente. A determinação irreversível só ocorrerá em junho, por força de lei. Mas, ao passo que a vitória da tese de candidato próprio ou, mesmo, a derrota eventual dessa proposta por pequena margem terá efeito dinâmico, o malogro da ala governista ou sua vitória por pequena margem não será equivalente, e o fracasso na tentativa de derrubar Paes de Andrade, meta do Planalto, reforçará os independentistas. Fernando Henrique Cardoso permanece o candidato mais forte, o que é um dado fundamental. Mas, desde agora, ou a partir de agora, o que se projetava simples passeio eleitoral está complicado.

Deixando de lado certas especulações, vale a pena recordar o triunfo de FHC, em 1994, pela opção de um pouco mais de 34 milhões de eleitores e percentual oficial de 54,28% do

total de votos válidos, o que lhe deu maioria absoluta escritural, uma vez que os votos em branco deveriam ser contados como válidos, o que exigiria do vencedor mais de 35 milhões de sufrágios. Isso é, no momento, uma observação lateral. Mais importante é lembrar que FHC obteve seus maiores percentuais em estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste (percentuais de 76,18%; 68,02%; 67,48%; 63,36%, respectivamente, em AL, TO, GO, RO), baixando, porém, significativamente o desempenho relativo nos grandes núcleos eleitorais (ficando com 55,74% em SP, 29,37% no RS, 47,18% no RJ, 52,40% na BA e 53,81% em PE). Nos maiores colégios eleitorais, a exceção foi Minas, onde seu percentual atingiu as alturas de 64,82%, êxito para o qual foi decisivo o “efeito Itamar”, então presidente da República, patrono de seu ex-ministro, agora candidato a enfrentá-lo. Cada pleito é um pleito e os Algarismos de ontem não determinam o amanhã. Mas eles são essenciais para avaliações estratégicas e condicionantes de importância das variáveis da disputa presidencial de agora.

* Jornalista.